

“FMI nunca mais.” O BRASIL Mas qual a alternativa?

- 2 ABR 1987

Carlos Alberto Sardenberg

O ministro Dilson Funaro estava diante da bancada de senadores do PMDB, que o inquiria, desconfiadíssima. O Governo acabava de enviar ao Congresso Nacional o seu programa de mudanças, no qual se previa, entre outras coisas, mais um aumento de impostos. O Governo queria o voto do PMDB para isso. A cena passava-se em 28 de novembro de 1985, Funaro era ministro há três meses, e vinha de mais uma rodada de negociações com banqueiros e ministros dos países credores. Havia no ar a suspeita de que o programa de mudanças — chamado pacote de impostos por quem não estava no Governo — não passava de mais uma exigência dos credores.

O episódio, na ocasião, não foi divulgado. Funaro atacou direto o ponto. Anunciou com voz suave, em tom quase coloquial, certamente inadequado à veemência que a frase trazia: “Quero dizer aos senhores senadores que nunca mais uma missão do FMI vai botar os pés aqui. Já disse a eles.”

“Eles” designava todos os credores e seus agentes conforme a platéia entendeu, tão logo venceu a hesitação inicial provocada pela voz baixa e mansa do ministro. Então, os senadores aplaudiram. Funaro se animou a continuar, sempre como quem diz algo absolutamente natural.

“Eles me pediram para examinar este programa de mudanças. Eu disse que o programa seria submetido ao poder soberano do nosso Congresso Nacional. Depois que o Congresso tivesse aprovado, se eles quisessem, eu tirava uma xerox e mandava”, completou o ministro.

Os senadores aplaudiram de pé. Com a receita assim aprovada, Funaro foi para a reunião seguinte, com a bancada de deputados federais do PMDB, mais numerosa e mais agitada. Repetiu as mesmas frases e obteve os mesmos aplausos entusiasmados.

O programa de mudanças estava aprovado. E o Governo da Nova República comunicava ali, a seu principal braço político, a maneira com a qual passava a lidar com os credores internacionais e seus agentes.

Essa nova retórica representava mudança importante. Até três meses atrás, agosto de 1985, a negociação externa havia sido conduzida por Francisco Dornelles, que se esforçava ao máximo, para não provocar atritos com a comunidade financei-

ra internacional e assim deixara aberta a possibilidade de acordo com FMI e bancos. Durante os cinco meses de sua gestão no Ministério da Fazenda, Dornelles tentou conciliar a exigência dos bancos de que o Brasil passasse pelo crivo do FMI com a disposição claramente majoritária da Nova República de mandar o FMI às favas. Passou cinco meses pedindo a outros membros do Governo — especialmente aos integrantes da equipe do ministro João Sayad — que não falassem em “dinheiro novo”, nem em “capitalização de juros” ou fizessem críticas à doutrina tradicional do FMI. Não se podia assustar os banqueiros. Dornelles fracassou nos dois sentidos. Os banqueiros continuaram desconfiados com a Nova República e a Nova República desconfiada das intenções de Dornelles.

Funaro assumiu e anunciou logo a nova retórica, que funcionou muito bem para fins internos. E só. Porque afinal o Governo continuou pagando rigorosamente em dia as parcelas de juros. Embalado pelo sucesso inicial do Plano Cruzado, o Governo descuidou-se do setor externo e, quando se deu conta, já faltavam os dólares. Foi assim obrigatória a decisão pela atual moratória.

Tudo considerado, a Nova República passou por três fases. Cinco meses falando manso, negociando nos bastidores com FMI e bancos e pagando em dia. Depois, um ano e tanto falando grosso, mandando xerox dos programas, mas pagando em dia. É a situação atual, ainda em movimento. Os bancos, de sua parte, passaram dois anos falando a mesma coisa: que o Brasil precisava passar pelo FMI, pois estão seguros de que o FMI determinará uma política de recessão de modo que sobre os dólares para o pagamento da dívida.

Na política interna, o Governo da Nova República formulou boas frases — a clássica “não pagaremos a dívida com a fome do povo” e a popular “o FMI não botará mais os pés aqui” — e o bom propósito, o melhor, de não empobrecer os brasileiros para pagar os credores externos. Para uma sólida política, inclusive para as relações com o FMI, é pouco.

E se for o caso de ir ao FMI, é claro que será preciso operar mudanças no Governo e em suas bases de apoio. Pois quem já se confraternizou sob o mote “FMI, nunca mais”, não pode simplesmente dizer que mudou de idéia e precisa ter umas conversinhas em Washington.

Carlos Alberto Sardenberg, jornalista, foi coordenador de comunicação social da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.